



A EXPERIÊNCIA DO CURSO TRANSEMEM E O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

THE EXPERIENCE OF THE TRANSEMEM COURSE AND THE ACCESS TO HIGHER EDUCATION

LA EXPERIENCIA DEL CURSO TRANSEMEM Y EL ACCESO A LA EDUCACIÓN MAYOR

Cintia Itaquí¹

Denise Macedo Ziliotto²

RESUMO

O artigo analisa a experiência do curso transENEM enquanto dispositivo de acesso à Educação Superior, situando historicamente sua origem e percurso, o ingresso e permanência dos/as alunos/as, os níveis de participação e decisão institucionais, e também identificando dimensões sociais e pedagógicas desta oferta educativa. A investigação qualitativa, descritiva e com delineamento de estudo de caso teve como instrumentos entrevistas, documentos, observação participante, comunicações do coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos e atas das assembleias, analisados sob a perspectiva hermenêutica. Conquistas importantes foram identificadas, não somente em relação à aprovação nos exames e consequente acesso à universidade, mas relativos ao engajamento das/os alunas/os, à ampliação de oportunidades profissionais, à formação de uma rede de apoio para os discentes e ainda à participação nos espaços públicos.

PALAVRAS-CHAVE: ENEM. Pré-vestibular. Universidade.

RESUMEN

El artículo analiza la experiencia del curso transENEM como dispositivo de acceso a la Educación Superior, situando historicamente su origen y trayectoria, el ingreso y permanencia de los estudiantes, los niveles de participación y decisión institucional, e identificando también las dimensiones sociales y pedagógicas de esta oferta educativa. El

¹ Mestre em Educação pela Universidade La Salle. Especialista em Psicopedagogia e graduada em Pedagogia e Direito.

² Pós Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa. Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade La Salle.

diseño de la investigación cualitativa, descriptiva y del estudio de caso con instrumentos, entrevistas, documentos, observación participante, comunicaciones del colectivo y sus integrantes en redes sociales, fotos y actas de las reuniones analizadas desde la perspectiva hermenéutica. Se identificaron logros importantes, no solo en relación a la aprobación de exámenes y consecuente acceso a la universidad, sino en términos de compromiso de los estudiantes, la expansión de oportunidades profesionales, la formación de una red de apoyo a los estudiantes y también la participación en espacios públicos.

PALABRAS -CLAVE: ENEM. Facultad. Preparatório de ingreso.

ABSTRACT

The article analyzes the experience of the TransENEM course as a device for accessing Higher Education, historically situating its origin and trajectory, its student's admission, permanence and participation level in institutional decisions, identifying also the TRANSENEM social dimensions and its pedagogical offer. The qualitative, descriptive investigation and case study design had instruments such as interviews, documents, participant observation, communications from the collective and its member on social media, photos and meetings minutes analyzed in a hermeneutic perspective. Important achievements were identified, not just in relation to passing the exams and entering university but in relation to student's engagement developing their support network searching for professional opportunities and participation in public spaces.

KEYWORDS: ENEM. Pré-university. University.

Introdução

A educação, enquanto direito fundamental, enseja potencialidades para a consecução da cidadania, constituindo conhecimentos e saberes que oportunizam a participação em diferentes dimensões na sociedade. Nesta perspectiva, a existência de políticas públicas e ações afirmativas que visem equacionar a desigualdade no acesso aos espaços educativos é essencial; concomitantemente é essencial que reconheça e garanta as diferenças que singularizam os sujeitos presentes nestes contextos.

A escola é uma instituição, segundo Lanz (2015), onde os sujeitos entram em contato e formulam conhecimentos acerca de gênero e do exercício da sexualidade. Portanto, em uma sociedade em que prepondera o entendimento de somente duas categorias de gênero - homem e mulher - as pessoas transgêneras muitas vezes permanecem desconsideradas no âmbito da educação de crianças, jovens e adultos.

A Resolução n. 12 publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2015 (BRASIL, 2015) apresenta posicionamentos e orientações explícitas sobre questões importantes, estabelecendo parâmetros para a garantia de condições de acesso e

permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais nos sistemas e instituições de ensino. O documento formula orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e prevê que “deve ser garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito”. Em 2018, a Resolução n. 1 do Ministério da Educação (BRASIL, 2018), indica que as propostas curriculares e projetos pedagógicos nas escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas para combaterem quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares. A normativa também institui a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.

A sociedade civil organizada tem realizado ações para engendrar mecanismos que ampliem o acesso à educação; dentre as mobilizações realizadas estão os cursos pré-vestibular para pessoas trans, caracterizando-se como uma iniciativa de coletivos locais ou regionais. A oferta é gratuita, não tem fins lucrativos e atende majoritariamente transexuais e travestis - mas não apenas esses, pois há alunos/as que se reconhecem em todas as dimensões da sigla LGBTQ+ - preparando para as provas do Exame Nacional para a Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA), do ensino médio e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outros processos seletivos do acesso à educação superior.

A iniciativa existente no Rio Grande do Sul e analisada nesta investigação é nomeada Coletivo pela Educação Popular transENEM Porto Alegre, ocorrendo nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – RS (IFRS) no Centro Histórico de Porto Alegre/RS, como parte do Projeto de Extensão do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Sexualidade (NEPEGS).

O objetivo deste artigo é analisar a experiência do transENEM enquanto dispositivo para o acesso à educação superior, apontando aspectos do seu percurso, bem como dimensões institucionais, sociais e pedagógicas desta oferta educativa. A perspectiva enquanto dispositivo está ancorada em Foucault (2000) pois engendra um conjunto heterogêneo de discursos, leis, enunciados científicos, medidas administrativas, proposições, compreendendo também o dito e o não dito, constituindo-se como uma rede tecida por estes elementos. Nesta dimensão se apresenta como um aparelho, uma

ferramenta, que organiza sujeitos e conforma também poder, tensionando políticas públicas no campo da Educação.

A pesquisa qualitativa, descritiva e na modalidade de estudo de caso, teve como instrumentos de coleta de dados entrevistas, documentos institucionais, observação participante registrada em diário de campo, postagens do coletivo e de seus membros nas redes sociais, depoimentos dos estudantes através do grupo de *whatsapp*, fotos, atas das assembleias, editais, Zine do transENEM, analisados sob a perspectiva hermenêutica, que promove a interpretação contínua dos elementos analisados.

O artigo contempla inicialmente os norteadores teóricos referentes à transexualidade e a educação, sendo posteriormente explicitado o método da pesquisa desenvolvida que possibilitou o estudo de caso desenvolvido a partir de trilhas de reflexão dos seguintes aspectos: historicamente sua origem e percurso, o ingresso e permanência dos/as alunos/as, os níveis de participação e decisão, e dimensões sociais e pedagógicas desta oferta educativa.

A transexualidade e a educação

Oliveira Júnior e Maio (2016) enfatizam que instituições como o Estado, as culturas midiáticas, as leis, a religião e a escola, insistem na perpetuação e manutenção de suas estratégias como as bases identitárias que são tomadas como referências e, conseqüentemente acabam por estimular a re/produção das diferenças. A heteronormatização é uma das dinâmicas estabelecidas pelas instituições e muito divulgada na sociedade como parâmetro de normalização.

Santos (2015) enfatiza que as pessoas que produzem seus corpos e identidades de gênero de maneira diferente daqueles atribuídos de acordo com a genitália do nascimento, e que nos espaços e tempos escolares provocam estranhamentos, acabam promovendo mudanças e questionamentos. Desta forma, esta presença nas instituições escolares não ocorre sem que, em muitas circunstâncias, a própria instituição tente regular sua permanência. Para Silva (2018) a escola retrata o texto predominante da heteronormatividade vivenciado em outros contextos. No entanto, diferentemente de outros espaços da cidade em que as pessoas trans são marginalizadas e muitas vezes deixam de frequentar, a escola é um compromisso social a ser cumprido.

Segundo Andrade (2012) a escola reflete os ditames do sistema social, pois funcionários, professores e gestores habitualmente definem o gênero como consequência

do desempenho social, tomando-o como natural, fixo e intransponível. Desta forma, não responder ao padrão hegemônico estabelecido poderá significar ser submetido à pedagogia da violência e da dor como maneira de correção. Para as alunas travestis, a permanência na escola significaria adequar seu comportamento aos gêneros inteligíveis, restando a adaptação às normas ou a evasão involuntária.

Oliveira Júnior e Maio (2016) entendem que todas as pessoas são agentes responsáveis por uma educação equitativa, na qual a escola não deve se eximir de seu papel na formação do ser social, viabilizando a plena cidadania. Tal direito é especialmente relevante na vida das pessoas trans, o que evoca a importância da efetivação de estratégias pedagógicas, curriculares e de programas continuados que abordem temas como identidade de gênero, violência de gênero, transfobia e sexualidade, atingindo toda a comunidade escolar e evitando que estudantes trans sejam vítimas do autoritarismo e exclusão escolar.

Andrade (2012) analisa que estudantes - por não se enquadrarem no universo masculino ou feminino com seus comportamentos disciplinados - são ocultadas/os, negadas/os e/ou violentadas/os na sociedade e na escola. Ao abandonarem os estudos, muitas vezes, o entendimento é de que foi resultado de escolha, culpabilizando e individualizando a experiência. Nesta direção Bento (2011) avalia que ocorre nas escolas um processo de expulsão e não simplesmente de evasão, pois ao pretender eliminar e excluir aqueles que não correspondem aos parâmetros estabelecidos, muitas vezes se posiciona como instituição guardiã das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Silva (2008) analisa a organização física rígida de separação entre o masculino e o feminino presente nas instituições escolares, reproduzindo a heteronormatividade. Neste contexto, os banheiros aparecem como espaços que demarcam significados e sentidos, gerando constrangimentos e até a possível exclusão.

Desde 2014, na realização do ENEM, travestis e transexuais podem ser identificados/as pelo nome social nos dias e locais de realização das provas. Para isso, as/os candidatas/os necessitam fazer uma solicitação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Como êxito desta política vale salientar que desde que o direito de usar o nome social foi adotado, observou-se que houve um crescente número de pessoas trans adentrando nas universidades (FRANÇA; NOGUEIRA; ARAÚJO, 2016).

No entendimento de Silva (2016), a utilização do nome social na prova do ENEM não significa garantia de tratamento com respeito, pois ainda ocorrem muitos relatos sobre a incapacidade dos aplicadores do exame ao lidar com o contexto dos alunos trans. A viabilidade da utilização do nome social é uma estratégia de incentivo à realização da prova do ENEM, mas a normativa não significa a mudança nas relações sociais que ainda evidenciam desrespeito à identidade de gênero, questões que precisam ser desconstruídas.

Os cursos populares para pessoas trans

Os cursos pré-vestibulares populares surgem no final do século XX no contexto democratizante dos movimentos sociais, pela luta contra exclusão social e o racismo. Outras experiências de educação popular existiram, principalmente entre as décadas de 60 e 70, onde os diretórios acadêmicos criavam cursos vestibulares de baixo custo, na qual as/os professoras/es eram as/os alunas/os da graduação. Os cursos trans se pautam por duas questões: gênero e sexualidade, onde a instituição escolar é um espaço de acolhimento e receptividade às/os alunas/os, professoras/es e gestoras/es. As experiências são inovadoras por não se centrarem no binômio IST (infecções sexualmente transmissíveis) / AIDS e concebem a cidadania pelo acesso à educação formal, por meio de espaços informais. Estes espaços são importantes, pois denunciam e tencionam as deficiências da educação básica voltada para a diversidade (ARAÚJO e SILVA, 2016).

Até 2016 o ENEM podia ser utilizado como certificação de conclusão do Ensino Médio. No entanto, em 2017 a responsabilidade da certificação voltou a ser exercida através do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Para Silva (2017), a funcionalidade, inicialmente do ENEM e agora do ENCCEJA, de certificação do Ensino Médio, tem atraído sujeitos que não se enquadram na escola formal a concluírem a Educação Básica. Consequentemente, pessoas trans que não conseguem frequentar os espaços de Educação Básica, podem se certificar sem frequentar o ambiente escolar formal.

No Quadro 1 são apresentados os cursos vigentes no Brasil, exceto o transENEM que será analisado posteriormente e seus objetivos, bem como a cidade e os seus respectivos estados onde ocorrem:

QUADRO 1: Cursos para pessoas transexuais no Brasil em 2020

CURSO	OBJETIVOS	CIDADE
Transdiversidade	Busca a visibilidade de travestis e transexuais para a construção de uma política pública trans	Niterói/RJ
Cursinho Popular Transformação	Oferece educação e cultura voltadas para pessoas transgêneras, travestis e não binárias	São Paulo/SP
Transviando o ENEM	É uma comunidade de aprendizagem construída por e para transgêneros, transexuais, travestis e intersexes que tenham interesse em participar do ENEM e/ou demais vestibulares	Salvador/BA
Prepara Nem	Começou como um projeto de pré-vestibular auto organizado e auto-gestionado, e se desenvolveu como rede de pessoas T	Rio de Janeiro/RJ
Cursinho Prepara Trans	Cursinho popular gratuito preparatório para ENEM e outros vestibulares para travestis e pessoas trans	Goiânia/GO
TransENEM	É preparatório para o ENEM e de empoderamento voltado para as pessoas trans e travestis	Belo Horizonte/MG
Transpassando	Possibilita a formação para o ENEM de travestis e pessoas trans através de um programa de educação cuja metaé a conclusão da escolarização média e o acesso à educação superior	Fortaleza/CE

Transvest	Projeto artístico-pedagógico que objetiva combater a transfobia e incluir travestis, transexuais e transgêneros na sociedade	Belo Horizonte/MG
Projeto Manas na Escola	Propõe formação na modalidade EJA para população LGBT, em especial trans e travestis que foram excluídas da escola	Rio Grande/RS
Tô Passada	Curso preparatório para o ENEM e carreira profissional de pessoas LGBTIs	Curitiba/PR
Educa Trans	Visa estimular a entrada de travestis e pessoas trans na educação superior	Aracajú/SE

Fontes: Silva (2017), Facebook e Instagram

Observa-se que há predominância dos cursos na região sudeste com cinco cursos preparatórios voltados para transexuais e travestis, seguido pela região nordeste com três cursos; já na região sul existem três cursos e a região centro-oeste conta com um curso de preparação para o vestibular e prova do ENEM. Analisando o perfil dos cursos ofertados para a população transexual, percebe-se que existem diferenças nas propostas: alguns centram-se na preparação para a prova do ENEM e vestibulares, outros cursos tem o foco para a inserção no mundo do trabalho, e um dos cursos visa a construção de política pública trans (na criação de um ambulatório de atendimento primário para as travestis e os transexuais, por exemplo) ou ainda contempla a dimensão artístico-pedagógica para a inclusão das travestis e transexuais na sociedade.

Percurso investigativo

Para a realização desta investigação, que analisa a experiência do curso transENEM Porto Alegre enquanto dispositivo para acesso à educação superior, o método utilizado foi qualitativo que, segundo Deslauriers e Kérisit (2012) busca responder “às preocupações dos atores sociais, tais quais elas são vividas no cotidiano” (p.130). A

ênfase está na relação social, na história social dos objetos, na vida cotidiana, na heterogeneidade da existência. Em relação à característica do estudo, identifica-se com a pesquisa exploratória, em função do caráter ainda incipiente das investigações neste âmbito.

A pesquisa de campo foi realizada a partir da inserção de uma das pesquisadoras como pedagoga voluntária desde o ano de 2017 no grupo de profissionais que compõem o Coletivo pela Educação Popular transENEM Porto Alegre. Portanto, o delineamento da pesquisa é da realização de um estudo de caso, pois se caracteriza pela investigação profunda e exaustiva de um objeto, permitindo conhecimento amplo e detalhado. O estudo de caso proporciona explorar situações da vida real, procurando abordar o contexto e o fenômeno estudados (GIL, 2008; YIN, 2005).

Os instrumentos de coleta de dados da pesquisa foram entrevistas, documentos institucionais, observação participante, postagens do Coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos, Zine transENEM, analisados sob a perspectiva hermenêutica. As entrevistas foram realizadas com profissionais que trabalham no transENEM (professores e técnicos), com objetivo de obter informações que qualifiquem o coletivo e a sua contribuição na trajetória da formação escolar/universitária. Para Minayo (2010), a entrevista é uma técnica bastante utilizada na pesquisa de campo, porque permite ao pesquisador, através do diálogo estabelecido com os interlocutores, descrever o movimento das relações humanas no contexto social analisado.

Todas/os as/os participantes do projeto foram convidadas/os para a participação na pesquisa e, mediante a confirmação da disponibilidade, foram agendados encontros individuais para a realização da entrevista. Inicialmente, apresentado o termo de consentimento e solicitada sua permissão para gravação em áudio; posteriormente, as entrevistas foram transcritas e analisadas.

A observação participante buscou complementar a coleta de dados, oferecendo outros elementos que possam dialogar com as informações obtidas na entrevista. Minayo (2010) aponta a observação participante como um processo que permite ao pesquisador ver a realidade na sua dimensão contextual, aprendendo a colocar-se no lugar do outro. A presença em diferentes espaços e momentos que a pesquisadora vivenciou, a partir de sua participação no projeto, sejam as situações formais – reuniões, atendimentos, atividades pedagógicas e de planejamento – e não formais, como a troca de mensagens no grupo de

WhatsApp. As observações foram registradas no diário de campo da pesquisadora e posteriormente submetidas à análise.

Os documentos analisados buscam resgatar os registros da trajetória ainda recente desta experiência. Foram analisados atas, editais, formulários acadêmicos relativos ao projeto, documentos relacionados às informações psicossociais e ao percurso dos estudantes e outros materiais pertinentes à investigação.

A modalidade analítica após a coleta de dados foi a hermenêutica, realizando um diálogo com as fontes de pesquisa. Flickinger e Rohden (2000) afirmam que, para compreender experiências vividas, é preciso aceitar a verdade do outro, do estranho, para poder tematizar processos de instauração de sentido que emergem das interações dos sujeitos entre si e com o mundo. Neste sentido, as possíveis leituras e interpretações advêm, nesta pesquisa, das discussões no grupo de pesquisa e dos sucessivos acessos aos dados coletados, norteados pelo escopo teórico elencado.

A experiência do curso transENEM

Inicialmente serão apresentados os participantes e os elementos relativos ao contexto da origem e implantação do curso que são considerados relevantes para análise e posterior discussão de outros aspectos abordados nesta investigação.

QUADRO 2: Apresentação das/os participantes

Entrevistadas/os	Idade	Formação	Função	Ingresso
E1	26	Ciências Biológicas UFRGS Mestrado em Botânica pela UFRGS	Professor e Membro da Organização	2018
E2	23	Filosofia pela PUCRS e Mestranda pela PUCRS	Professora	2018
E3	23	Cursa História na UFRGS	Atuou desde 2016 como professor e	2016

			desde 2018 como Membro da Organização	
E4	58	Pedagogia pela Unisinós Mestrado em Educação e Doutoranda em Educação em Ciências pela FURG	Pedagoga e Membro da Organização	Agosto 2015
E5	29	Psicologia pela UPF Especialização em atendimento clínico com ênfase em psicanálise	Psicóloga e Membro da Organização	Final 2016
E6	29	Artes Plásticas pela ULBRA	Professora e Membro da Organização	2018

Trajatória: origens e desdobramentos

O transENEM de Porto Alegre teve início em agosto de 2015, idealizado como um curso popular, sem fins lucrativos, cujo intuito era a preparação para o ENEM e vestibulares, oferecido para pessoas trans. A iniciativa da produtora e jornalista Nanni Rios e teve inspiração em outros cursos que se remetem ao mesmo contexto, buscando inicialmente, a partir de uma chamada pública, voluntários para concretizar o projeto. Foram realizadas algumas reuniões que acolheram interessados, indicando que seria possível dar andamento ao projeto idealizado:

Assim o coletivo iniciou: uma ideia, um grupo de pessoas autônomas e totalmente voluntárias, de idades distintas, de diferentes áreas, e com diferentes vivências. Todos se uniram em prol de uma nova proposta de

esboçar esse projeto e se constituir como um cursinho popular, exclusivo para trans, na intenção de torná-lo um espaço acolhedor, de novas perspectivas, cuja horizontalidade seria norteadora para o sucesso (TATSCH, 2018, p. 24).

Segundo explica Tedesco e Bitencourt (2018), a mobilização inicial voltou-se para a preparação das professoras e professores para a atuação em sala de aula, sendo realizadas de 2015 até o início das aulas em 2016, duas formações com as/os docentes interessadas/os, advindas/os de diversas entidades parceiras do coletivo, bem como pessoas trans que eram conhecidas pelo grupo. As atividades buscavam sensibilizar o grupo sobre as discussões atinentes à gênero, sexualidade e prostituição, bem como conhecer as expectativas sobre o futuro trabalho, considerando que nesta ocasião todas/os eram cisgêneros. A preocupação inicial foi criar e propiciar um ambiente o mais favorável e acolhedor, tornando possível oferecer condições às pessoas transexuais de acesso à educação.

Na primeira proposição, os professores reuniram-se de acordo com a área de conhecimento e estabeleceram um cronograma dos conteúdos para que os estudantes fossem preparados para realizarem o ENEM. No ano de 2016, foram abertas inscrições, através de formulários on-line, com divulgação via *Facebook* e presencialmente através de ações do grupo Igualdade RS (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul), em pontos de prostituição e com cartazes em alguns pontos da cidade de Porto Alegre. As aulas começaram em abril de 2016, na Casa dos Conselhos do Município de Porto Alegre, em uma sala de reuniões. Com 21 estudantes inscritos e 13 efetivamente presentes, a primeira turma foi formada e as aulas aconteciam em três tardes por semana, que apesar de ocorrerem sem instalações adequadas e do número ainda reduzido de aulas, “o curso foi muito bem acolhido desde seu início, podendo germinar dia após dia no centro da cidade” (GUIMARÃES, 2018, p. 9).

Após algumas semanas e contatos frequentes com uma aluna do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) ligada ao coletivo de transexuais, foi estabelecida uma parceria com o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGS). Isto resulta na proposta enquanto projeto de extensão da instituição localizada no centro de Porto Alegre, que passa a compartilhar de suas salas de aula equipadas e climatizadas, do acesso às salas de estudos, às bibliotecas e salas de conferência (TATSCH, 2018). Mesmo considerando se tratar de uma instituição pública, “foram necessárias mediações de estudantes ligados ao movimento LGBT dentro da academia para que cedessem uma sala.

Foram realizadas reuniões, formações com funcionários, desde a gestão até a recepção, manutenção e segurança do IFRS” (FRÓES, 2017, p 3).

Após alguns meses, também foi possível garantir o acesso ao cartão de transporte escolar aos estudantes e o curso passou a contar com doações financeiras através da internet. Primeiramente os voluntários se organizaram em dois grupos - atividades docentes e administrativas (divulgação, controle financeiro e assistência aos estudantes, entre outras). No segundo semestre de 2016, uma nova composição foi experimentada: professores e organização se aproximaram formando comissões que ficaram responsáveis por tarefas específicas. Foram estabelecidas assembleias mensais para relatos e discussão do andamento do projeto, com caráter informativo e deliberativo, com registros digitais compartilhados das atas das reuniões. As aulas passaram a acontecer de segunda a sexta, no período da tarde. Contudo, a frequência dos estudantes foi diminuindo ao longo do ano, havendo muitas vezes, uma única aluna presente:

Mesmo com a evasão e todos os outros desafios encontrados, não faltaram motivos para orgulho: uma aluna foi aprovada na UFRGS e outra na FADERGS. Outra conseguiu emprego no setor de tecnologia da informação, sua área de interesse, outra ainda segue no coletivo exercendo seu papel de cidadã. Sob a ótica de que a possibilidade laboral formal está intimamente ligada à diplomação em múltiplas esferas, entende-se que o primeiro ano do projeto foi vitorioso por permitir outras formas de socialização e outras possibilidades de empregos que não a prostituição. Formas de cidadania que foram por elas adquiridas e que sustentaram o desejo a ânsia de que o projeto continue (TATSCH, 2018, p 25).

No ano de 2017 o transENEM também enfrentava uma evasão preocupante, ficando a sala de aula mês a mês mais vazia, em alguns dias não havendo sequer um estudante. Como resposta a esta situação, o coletivo decidiu realizar também ações de assistência, buscando modificar possíveis situações que estariam afastando as/os alunas/os:

Festas, rifas e doações compuseram um caixa que pôde ser útil na distribuição de passagens para os estudantes que precisavam. Ampliou-se o quadro de psicólogas e pedagogas que puderam atuar de formamais presente. Houve uma melhora. Entendemos que precisávamos ouvir dos estudantes o que estava, de fato, acontecendo, porém sem ainda chegar a lugares de decisão, ou seja, uma vez mais nós (os outros) decidíamos o que importava a eles (os discriminados). Enfim, decidiu-se que eles participariam também das assembleias mensais (TATSCH, 2018, p 26)

Tatsch (2018) identificou que as demandas dos/as alunos/as em relação ao curso são inúmeras, bem como os fatores que concorrem para a dificuldade de permanência dos estudantes: depressão, doenças e problemas financeiros. A distribuição de passagens foi importante, mas nem sempre foi resolutive, pois os diferentes níveis de escolarização dos/as alunos/as resultaram em diferentes níveis de aprendizagem, o que também foi apontado como fator de desistência pelos estudantes.

Em 2017 o projeto foi apresentado no Programa de Extensão de Ações Inclusivas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) ao qual se filia. O transENEM é então descrito como um conjunto de estratégias de ensino, pesquisa e extensão, visando oportunizar um espaço inclusivo para a comunidade trans - pessoas transgênero incluindo transexuais, travestis e não – binárias/os - buscando promover o empoderamento dessa comunidade. Para tanto, oferta o Curso Preparatório para o ENEM, visando possibilitar a continuidade de estudos, quer seja na Educação Básica quanto na Superior, bem como o acesso ao mundo do trabalho. Além disso, o Programa inclui a formação inicial e continuada, tanto para a comunidade interna quanto externa do IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul), campus Porto Alegre, prevendo a realização de oficinas, grupos de estudos e troca de experiências, entre outras. Tais ações são organizadas a partir do levantamento prévio de demandas e são destinadas tanto a comunidade “trans” como para a comunidade do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Porto Alegre e demais interessados/as (transENEM, 2017).

A estrutura organizacional do curso funcionava primordialmente por Grupos de Trabalho (GT) temporários - em que cada integrante se disponibilizava a realizar as tarefas conforme estas começavam a surgir - também contava com outras duas comissões.

A comissão de alunas/os, que buscava promover pautas e orientar possíveis demandas para o coletivo, com o objetivo de manter-se como um local de acolhimento, respeito e formação de pessoas trans; e a comissão de relações externas que possuía função mais administrativa, tendo a tarefa de manter a relação com outros cursos pré- vestibulares

similares do país. O projeto também possuía redes de apoio com as seguintes instituições: Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul (Igualdade RS); Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (SJDH-RS); Grupo de Direitos Sexuais e de Gênero (SAJU-UFRGS); Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX-UFRGS); e Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Raça (CRDH-UFRGS). Por diversas vezes, estas parcerias

disponibilizaram tanto encaminhamentos para serviços de saúde quanto assessorias jurídicas e sociais (GUIMARÃES, 2018).

Em 2017 contou com 11 estudantes, mas o desempenho nas provas foi satisfatório para oito alunos/as: quatro passaram na UFRGS, um na UNIASSELVI, dois no Instituto Federal e uma aluna na UFBA. Em assembleia realizada em janeiro de 2018 que congregou alunas/os, professoras/es, psicólogas, assistente social e pedagogas, foram analisadas as possibilidades de oferta de aprendizagem pelo coletivo, sendo decidido que o primeiro semestre seria de preparação para a prova do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Desta maneira, o segundo semestre seria de preparação para a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da oferta de curso intensivo para o vestibular da UFRGS, atendendo assim à diversidade de percursos dos alunos que procuraram o coletivo.

Diante do desafio de atender as novas demandas foi necessário fazer mudanças no turno oferecido, pois no ano anterior as aulas eram no turno da tarde e em 2018 a oferta seria à noite, visando contemplar alunos/as que trabalhavam. A partir de nova consulta ao IFRS sobre disponibilidades das salas de aula em outro horário, houve cedência de espaço mais amplo em outro andar. Também foi concedida uma sala de convívio em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPEGS) para cafés, lanches, chimarrão, exposição permanente do brechó, computador com acesso à internet, e armários com materiais dos professores.

Em cada semestre há a aula inaugural onde os professores e profissionais que participam da organização conversam com as/os alunas/os sobre os objetivos do semestre, e entregam o “termo de boas-vindas”, onde constam combinações, horários e os cuidados com a instituição transENEM, sendo também um espaço de diálogo entre todas/os do Coletivo. A ampliação das ofertas dos cursos – preparação para o ENCCEJA, ENEM e vestibular da UFRGS – demonstra que tem ocorrido a procura de alunas/os com diferentes níveis de escolaridade, o que determinou a ampliação do escopo de atuação do transENEM, entendendo-se que mesmo o Ensino Médio não era uma condição possível a todos/as.

A partir de 2018, o curso passou a contar com duas salas: uma sala de aula e outra que é utilizada para as reuniões do NEPEGS, para o trabalho das bolsistas que auxiliam nas demandas do coletivo, e ainda como local que possui cafeteira, impressora, sofás e a arara com as roupas do brechó. Importante salientar que em relação ao funcionamento e

a estrutura organizacional não há nenhuma pessoa instituída para responder especificamente, mas todos são membros que compõem e respondem pelas demandas.

Ingresso e permanência dos/as alunos/as no transENEM Porto Alegre

As informações relativas à abertura das matrículas e ao ingresso de alunas/os no transENEM ocorrem através das redes sociais e do e-mail do coletivo, ou ainda através das/os alunas/os que pertenceram ao curso. Após contato inicial das/os interessadas/os, são agendados horários individuais, onde membros do Núcleo de Apoio Psicológico, Pedagógico e de Serviço Social (NAPPS) conversam sobre questões de aprendizagem, sociais e de saúde mental, seguindo o roteiro da ficha de matrícula. Esta etapa do processo de ingresso no transENEM é caracterizada pela E4: *“Isso é um momento importante da gente conversar com os candidatos e candidatas, para pensarmos sobre as expectativas das/dos alunos/as, sobre o processo de aprendizagem e outras aquisições com o ingresso no coletivo”*.

Dentre os fatores que concorrem para o ingresso e a permanência de alunos no transENEM está a questão financeira como aspecto predominante nas preocupações de toda equipe, pois alguns/mas alunos/as não têm recursos nem para proverem os custos das passagens e da alimentação. E3 explicita: *“Eu me preocupo muito com a verba, da gente conseguir fazer com que as pessoas tenham acesso a sala de aula e, também, a comida [...] a gente está correndo contra a corrente”*. E4 também demonstra a mesma preocupação *“Temos a limitação financeira, daí é outra parte que é bancar para essas pessoas poderem se deslocar, poderem vir, poderem ir e participar de outros espaços”*. As dificuldades financeiras impactam em outras esferas da vida das/os alunas/os que, por sua vez, também refletem nas possibilidades de participarem das aulas e de atividades culturais e de formação em outras instituições.

Algumas ações são desenvolvidas em conjunto com professores, organizadores e alunas/os do transENEM para que seja possível arrecadar fundos e assim garantir o acesso às aulas. Brechós, rifas, caixinhas de arrecadação em locais simpatizantes com a causa LGBTQI+ e uma vaquinha virtual estão entre as medidas sistemáticas para garantir estes recursos.

Contudo, nem sempre o motivo de os alunos não estarem presentes nas aulas está relacionado à questão financeira. E2 entende que *“o maior empecilho, é uma motivação*

para que eles estejam lá” e E1 refere a descontinuidade na frequência que atrapalha o andamento das aulas:

A falta dos alunos, a não frequência, a não continuidade...em uma semana não estarem os mesmos alunos da semana anterior, isso dificulta um pouco. E não tanto pela aula que eu planejei, mas por conseguir recuperar aqueles que não tiveram aula, como fazer o conteúdo, passar o conteúdo para ele, para aqueles que não estavam na aula. Isso às vezes atrasa um pouco o conteúdo.

A dificuldade em estabelecer uma continuidade para aquelas/es alunas/os que não foram às aulas é enfrentada de diferentes maneiras pelos professores. E2 considera que *“o maior desafio é fazer com que os estudantes cheguem até a sala de aula, porque depois que eles estão ali, tudo flui”*.

A heterogeneidade das turmas, em relação às etapas e objetivos de escolarização traz muitos desafios. Embora houvesse definição que o grupo do primeiro semestre seria de preparação para a realização da prova do ENCCEJA para a certificação do Ensino Médio, a característica da turma não confirmou esta composição. Entre os/as 13 inscritos/as, um já tinha o Ensino Médio concluído (mas desejou participar mesmo assim das aulas, pois tinha parado de estudar havia algum tempo), três faziam a preparação para a prova do ENCCEJA do Ensino Fundamental e nove alunos/as faziam a preparação para a prova do ENCCEJA Ensino Médio. As /os organizadoras/es tiveram dificuldades para restringirem a inserção de interessados/as com escolarização diferente da prevista pelo edital/oferta, pois havia a insistência em participarem mesmo diante das condições diferentes que possuíam, justificando pela possibilidade de convívio. Contudo, as/os professoras/es vivenciaram conseguirem o impasse na abordagem dos conteúdos no decorrer do curso, como E1 refere:

No começo também ficava preocupado com alguns que não tinham o ensino fundamental e algumas questões eram mais difíceis. Mas daí eu tive que decidir por continuar a ficar só com o médio e ir sanando essas dúvidas do fundamental ao longo desse mesmo conteúdo, sem focar muito no ensino fundamental, porque não daria tempo para cobrir tudo.

Estas considerações das/dos entrevistadas/os ao afirmar que as diferenças na escolarização dos/as alunos/as e as faltas interferem no andamento das aulas, fez com que alguns membros do coletivo buscassem informações de como proceder para inscrição nas

escolas que oferecem a certificação através do Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA) para Ensino Fundamental ou Médio, com intenção de que os/as estudantes que não possuíssem o Ensino Fundamental procurassem as escolas relacionadas para concluir seus estudos, e os que necessitavam de certificação para o Ensino Médio continuassem no coletivo. E1 relata como foi difícil a descoberta da sistemática do NEEJA:

Nós fomos descobrindo uma ou outra forma para obter o certificado pelo NEEJA. Foi super difícil de entender, e assim, ficamos pensando como isso seria difícil para os alunos entenderem também, considerando a realidade deles e não terem tempo de ir atrás dessas informações. Eu acho que os professores ajudam muito nisso de conseguir levar para eles as informações além das disciplinas e tudo que cerca [...] mostrar outras possibilidades que existem, que às vezes eles nem pensam, nem sabem que são possíveis.

Assim o transENEM, no primeiro semestre de 2018, além de fazer o mapeamento das escolas, ofereceu orientações e encaminhamento daquelas/es alunas/os que chegaram até o coletivo, mas os inscritos não saíram do curso, mantendo-se vinculados e alguns posteriormente dando sequência no segundo semestre, na preparação para o ENEM e vestibular. A E5 considera as diferentes condições e necessidades das/os alunas/os e como se viabiliza a participação que observa estas contingências:

Se o alune quer realmente estudar é isso que ele irá fazer. [...] Não é um coletivo que te limita a 75% de frequência. Esse grupo todo que a gente faz parte não está aí por acaso, está aí para também entender cada alune. O acesso à universidade é um privilégio, mas a gente torna uma coisa mais acessível. É um privilégio. Por ser um privilégio, esse coletivo existe para que essas pessoas entendam que é um direito que também pode ser delas. Acho que só a existência do coletivo e desse corpo docente já é um caminho aberto.

Neste sentido, há algumas ações que vão buscando ir ao encontro das necessidades das/os alunas/alunos, como a oferta de aulas no turno da tarde e da noite, e especialmente a relação com o grupo:

Dentro da nossa proposta linear de educação formal, nós temos colhido excelentes resultados. O acolhimento. Provavelmente a abordagem dos professores. De se aproximar mais dos alunos. De ter mais afetividade, como ele não é apenas um número. Como são aulas participativas, dinâmicas, são muito diferentes das aulas formais. Acredito que os professores utilizam os mais variados recursos para poder chegar perto dos educandos. [...] Este cuidado com a questão do tratamento de gênero. Como os problemas pessoais também que cada um tem dentro

da sua vida. Então, eu acho que isso faz diferença e eles percebem que aqui eles estão seguros. Quando a gente se sente seguro na escola a gente quer ficar. (E6)

E2 enfatiza que não é somente o ingresso no ensino superior que é importante para a/o aluna/o, mas seu pertencimento no coletivo é o diferencial dos outros cursos e não somente tratar das questões que caem nas provas: “[...] *tem um contato mais humano, tem uma empatia entre o professor e o estudante, tem toda uma disposição que os professores têm para fazer com que os estudantes se sintam bem*”.

Dentre os fatores que intervêm positivamente no ingresso das/dos estudantes, estão a divulgação nas redes sociais e a indicação das/dos egressas/egressos. Em relação à permanência, percebe-se que as questões financeiras, a heterogeneidade da escolaridade na turma e as alternâncias na presença em sala de aula, são questões que desafiam o coletivo a buscar novas ações para enfrentar estas circunstâncias. Dentre as iniciativas que têm sido avaliadas podem auxiliar a encontrar alternativas para a permanência em sala de aula são as rodas de conversa sistemáticas com estudantes que já frequentaram o transENEM em anos anteriores e as aulas inaugurais.

Níveis de participação e decisão no curso

A organização do Coletivo tem início em 2015, buscando a sistematização do trabalho para oferecer o curso, identificando as Formações necessárias a todas/todos e as diferentes contribuições dos membros para ofertar o transENEM. A primeira manifestação para se pensar sobre um coletivo educacional voltado para as pessoas transexuais em Porto Alegre se deu através do *Facebook*. A partir da identificação de pessoas com a proposta inicial, foram agregando profissionais e as tarefas foram sendo divididas, como relembra E4: “*Ir atrás de professoras e professores, porque não adiantava nada a gente ter ideias e não ter gente para dar aulas. E fomos construindo*”. E3 enfatiza que a intenção primordial era “*tentar formar os nós, laços dessa rede, pensa que somos em torno de cinquenta pessoas. Não é uma tarefa fácil*”. As pessoas envolvidas neste Projeto de Extensão, denominado como Coletivo Pela Educação Popular transENEM, congregou em torno de 50 pessoas entre profissionais voluntárias/os, alunas/os, bolsistas e profissionais do IFRS campus Porto Alegre. Diante deste número

de participantes foi necessário contar com um sistema de comunicação eficiente, sendo E6 designada como uma das responsáveis:

A comunicação envolve tanto a comunicação interna quanto a comunicação externa. Eu sou responsável pela divulgação do coletivo, por administrar a página pelo e-mail, e por administrar questões internas, no sentido de quando tem alguma formação. Organizar nossas reuniões, puxar elas, procurar local, ver disponibilidades das pessoas, fazer atas, organizar nossas informações. Enfim, tudo que envolve comunicação mesmo.

Como descrito na Zine do TransENEM (2018), o coletivo é uma iniciativa que tem característica de autogestão, sendo as decisões tomadas de maneira horizontal sobre o seu funcionamento e as suas demandas, ocorrendo majoritariamente nas assembleias. São realizadas no segundo sábado de cada mês, cumprindo a pauta que foi traçada por todos que compõem o grupo, sendo transmitidas para a comunicação repassar através de e-mail para todos os membros do coletivo saberem com antecedência. E5 menciona a importância da participação nas assembleias: “*A gente fica se sentindo culpado quando não consegue participar e a gente tem que lembrar: eu estou participando o tempo inteiro!*”

Cada membro novo no coletivo é convidado, após a seleção de ingresso a assinar um termo de compromisso, onde estão as combinações básicas que todo o coletivo deve ter ciência, assim que começa a fazer parte do grupo, como comprometimento nas assembleias sob pena de desligamento após duas faltas consecutivas. Também é afirmada como fundamental a presença nas formações, onde são tratados temas que abordam educação, saúde e sexualidade. Outro aspecto importante a ser observado é a necessidade de permanecer como professor ou membro da organização até o fim do semestre que ingressou no coletivo.

Na assembleia de janeiro de 2018, para melhor organização das demandas, foram criados grupos de trabalho: *galera da comunicação*, *galera do aqué* e *galera dos lances institucionais* e o NAPPS que passou a ter este nome e a organização dos membros em 2018. A *galera da comunicação* é responsável pela elaboração da identidade visual do coletivo (como banners e material de divulgação), pelo e-mail e pelo acompanhamento, manutenção e gerenciamento de conteúdo da página do coletivo no *Facebook* e *Instagram*. Também é de sua atribuição chamar os membros para as assembleias mensais, controlar a presença e as justificativas de faltas das assembleias e dos dias letivos.

A *galera do aqué* tem a responsabilidade de gerenciar as finanças do coletivo, viabilizando auxílio para passagens e inscrição em provas por parte dos/as alunos/as através de projetos de captação de recursos para o coletivo. A *galera dos lances institucionais* tem como responsabilidade manter a ligação do coletivo com outras instituições que tenham interesses comuns, tais como o Curso Pré-vestibular Dandara dos Palmares e Território Popular³ que também estão alocados no IFRS. Este grupo também comparece nas reuniões que acontecem no IFRS com o propósito de representar o coletivo nesta instituição.

O Núcleo de Apoio Psicológico, Pedagógico e Serviço Social (NAPPS) é um grupo de trabalho composto de três psicólogas, um psicólogo, duas pedagogas e duas assistentes sociais que se reúnem quando há alguma demanda específica fazendo, além do acolhimento, a escuta e possível encaminhamento das/dos alunas/alunos para políticas públicas de educação, saúde e serviço social em Porto Alegre.

Na matrícula de alunas/os novas/os, o NAPPS faz o levantamento de aspectos como aprendizagens, questões de saúde mental, necessidades de encaminhamento para a confecção do cartão de identificação social, bem como isenção das taxas na prova do ENEM e vestibulares. Este processo permite conhecer mais cada aluno e mapear os cuidados a serem observados na relação institucional. O núcleo também realiza contatos com professores e professoras e faz a mediação com o Instituto Federal, como em situações relativas à formação dos servidores da instituição em questões relacionadas ao tratamento às/aos alunas/os, quando da sua identificação na portaria e nas dependências do prédio.

Dimensão pedagógica: saberes e oferta educativa

A cada semestre, ou ainda conforme a necessidade, são abertas vagas e divulgadas na página do Facebook do transENEM para novas/os professoras/es e profissionais que desejem fazer parte do coletivo. Para a seleção de docentes - além do pessoal da organização e do NAPPS - também é convidada/oa/o professora/r da disciplina que está saindo do curso para compor a banca de entrevistas. A intenção é sempre ter mais de um/a

³Estes cursos são ações que pretendem viabilizar e ampliar o acesso da população negra e da população de baixa renda ao ensino gratuito, contando com a parceria do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFRS, que atuam no desenvolvimento de ações afirmativas desta instituição de ensino, pesquisa e extensão.

professor/a por disciplina para que possam trabalhar juntos, e realizarem substituições quando houver algum impedimento de colega para ministrar as aulas.

Anualmente são feitas formações que tratam de temas de interesse e interface com o coletivo, sendo também um requisito para os profissionais atuarem no projeto. E4 relata como foi a primeira formação no ano de 2015: *“Elas passaram algumas questões sobre leis para o coletivo, para quem estava ali, íamos falando sobre gênero e sexualidade”*. Os formadores também precisavam refletir o coletivo pois *“pensamos na busca de pessoas trans e não binárias para estarem junto pensando o coletivo. Não ficar só pessoas cis pensando”*, complementa a E4. O E3 compartilha as impressões das primeiras formações que participou no início do funcionamento do coletivo:

As primeiras formações foram fundamentais para iniciar essa prática docente. [...]E foram realmente importantes para ter noção do que a gente ia ter que fazer e desconstruir preconceitos, que são muitos estigmas tanto de vitimizar pessoas trans, também em relação a prostituição. Foi muito importante entrar em sala de aula depois dessas rodas de conversa de formação, que tiveram um caráter bem dialógico, que a gente pode colocar dúvidas. Foi muito interessante.

O E1 comenta que sua ideia inicial era que a formação tivesse como objetivo *“ser ensinado a não ser transfóbico em sala de aula, que era o meu maior medo inclusive”*. Mas, percebeu que *“era sobre gênero e sobre várias questões e daí eu fui vendo ao longo do tempo que não se aprende isso em um curso, em uma palestra, mas na convivência mesmo”*.

Apesar das formações ocorrerem trimestralmente, observa-se que, mesmo fazendo a divulgação com antecedência e destacando a importância destas atualizações permanentes - pois são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer função dentro do coletivo - a adesão dos membros é baixa, o que pode refletir na condição do grupo encaminhar questões pedagógicas, psicológicas e sociais presentes no grupo de alunas/os.

Portanto, cada seleção que acontece para novos membros, é enfatizado o quanto outros compromissos poderiam inviabilizar a atuação no transENEM ao longo do semestre, numa possível sobreposição de atribuições. A carga horária de dois períodos semanais em sala de aula, a participação das assembleias e nas formações são espaços a preservar, pois mesmo sendo um trabalho voluntário é fundamental o comprometimento das/dos professoras/professores.

Contudo, mesmo com todo o empenho do coletivo para que estas situações não aconteçam, observa-se que algumas/uns profissionais deixam de cumprir com o que se

propuseram ao assinar o termo de compromisso com coletivo. Contudo, a maioria das/dos professoras/professores assumem sua disciplina em parceria com as/os colegas da disciplina e realizam o planejamento conforme o objetivo do curso a ser realizado no semestre, assim como outras funções junto aos estudantes para além da questão pedagógica.

Face à alternância da oferta do curso – provas ENCCEJA no primeiro semestre ou ENEM no segundo semestre – é preciso que os conteúdos e planejamentos se voltem para estas provas, requerendo flexibilidade para a construção das aulas conforme os editais. Os resumos das aulas são enviados pelo Google Drive ou Google Docs, o que facilita a interação com as/os professoras/ores. Não existem avaliações durante os semestres, pois a proposta é de preparação para provas.

E2 faz referência ao público que o transENEM: *“É um público que não está nos outros cursinhos, que não está na escola. É um público que é marginalizado, invisibilizado. E ter esse espaço para eles é muito importante”*. A violência a que são submetidos as/os alunas/os, conforme menciona o E3, faz com que o trabalho desenvolvido tenha muitas questões emocionais envolvidas: *“A gente está indo muito contra a corrente, então não é um trabalho fácil de fazer, porque a gente lida com muitos problemas sempre da ordem da saúde mental das pessoas, da ordem da violência externa”*. Para a E4 a valorização das/os alunas/os é fundamental, como esclarece:

O mais importante é que as pessoas - estou falando das pessoas trans, alunos e alunas - que elas se sintam valorizadas e elas começam a resolver todos seus problemas pessoais, que não necessariamente a educação. A educação é só um detalhe, às vezes. Começam a resolver coisas da vida delas, das vidas particulares que estavam lá guardadas não sei onde, mas quando elas entram no coletivo elas começam a rever a sua vida, o que eu acho sensacional.

E3 explicita, no seu entender, as contribuições do coletivo para as/os alunas/os:

A gente dá acesso a uma esfera da militância e de produções de saber que permitem que o trans não esteja à margem, mas sim, ter essa noção. A gente não precisa ter as nossas existências legitimadas pelos outros e nem sentí-las sendo roubadas, impedidas de serem exercidas. A gente faz parte, coisa do tipo: Eu pertencço, eu tenho direito.

Desta forma, como alude Silva (2018), a educação pode consistir um lugar de solidariedade, igualdade, saber e inclusão, condições muitas vezes negadas às pessoas

trans em diversos âmbitos de suas vidas. O pertencimento e a filiação institucional são dimensões que potencializam o acesso e a garantia de direitos e a organização coletiva dos sujeitos, favorecendo a construção de redes de apoio.

Considerações finais

A investigação, de característica qualitativa, com delineamento de estudo de caso, analisou a experiência do curso transENEM de Porto Alegre enquanto dispositivo de acesso à educação superior. A coleta de dados contemplou instrumentos como entrevistas, documentos institucionais, observação participante, postagens do coletivo e de seus membros nas redes sociais, fotos e Zine do transENEM. A análise, sob a perspectiva hermenêutica, privilegiou a interpretação contínua dos elementos analisados.

As informações e inscrições para o ingresso das/os alunas/os se dá através das redes sociais, sendo posteriormente realizadas entrevistas que buscam conhecer as/os aluna/os e suas expectativas, seu processo de aprendizagem e aspectos sócio-econômicos. Em relação à permanência no TransENEM, aspectos como a condição financeira e a heterogeneidade das turmas são desafios que demandam novas formas de organização e oferta dos cursos.

Como o coletivo é uma iniciativa de caráter autogestionável, suas decisões são tomadas nos grupos de trabalho e nas assembleias, promovendo diversas formas de diálogo junto com as/os estudantes, professoras/res, organizadoras/es e também com o Instituto Federal que sedia o projeto.

As/os professoras/es e outras/os profissionais do transENEM são voluntárias/os, mantendo uma equipe horizontal que organiza e oferta o curso desde 2016. O intuito original de preparação para o vestibular sofreu alterações tendo em vista as necessidades das pessoas que têm integrado o coletivo, passando a também receber alunas/os para o ENCCEJA e o ENEM. Inicialmente, se destinava somente para as pessoas trans, mas a partir da procura de outras/os estudantes e de deliberações da assembleia, a partir de 2018, também passou a contemplar as pessoas lésbicas, gays e bissexuais (LGB) nas turmas de preparação para os exames. Ambas as mudanças referidas indicam que a experiência do coletivo trouxe flexibilidade diante das condições percebidas: há dificuldades de escolarização antes e no ensino médio que precisam ser atendidas para que a/o estudante chegue à universidade; de outro lado há outros públicos que ainda enfrentam

discriminação no ambiente escolar, o que compromete sua progressão, também necessitando políticas de acesso.

Mesmo com pouco tempo de funcionamento os resultados importantes já conquistados, não somente em relação à aprovação nos exames, mas no engajamento no coletivo, na conquista de oportunidades profissionais, na formação de uma rede de apoio entre as/os alunas/os e destas/os com o coletivo, e ainda na utilização e participação de espaços públicos. Contudo, há questões que podem ser qualificadas, como as estratégias pedagógicas, a sistematização e organização de informações e registros do projeto e a instituição de redes de assistência mais efetiva para apoio às/aos alunas/os.

O caráter democrático, horizontal e auto gestor do projeto também cultiva alguns ideários, como a não instituição de um/a responsável, pois todos os membros da equipe são solidários e refutam a imposição de regras. Assim, em vários momentos isto sobrecarrega algumas pessoas e quase todas/os são também multitarefas. Neste sentido, pode implicar desafios quando, por exemplo, nova/os profissionais ingressam e por vezes esperam receber atribuições ou mesmo direcionamento para suas atividades, sendo importante a disponibilidade para a aprendizagem de novas dinâmicas institucionais.

Sendo um curso que se constitui a partir da exclusão de sujeitos na escola regular - e na sociedade, numa perspectiva mais ampla- pode-se afirmar que o trans ENEM promove a potencialidade da educação para todas/os. Enquanto direito fundamental, pode modificar as condições de vida, conquistando a cidadania a partir de outros espaços de pertencimento e filiação, provocando a ampliação de horizontes através da Educação.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 278f. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, C.E., 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 18 set. 2019.

ANTRA. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasil, 22018. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ARAÚJO, Gabriela Costa; SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **Transpondo o Enem: Educação Como Prática para a Liberdade**. IV Simpósio Nacional Gênero e Interdisciplinaridades. Faces e interfaces da violência de gênero. Universidade Federal de Goiás, 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/502/o/Caderno_de_resumos_-_Revisado_-_17-05.pdf?1463492418. Acesso em: 12 mar. 2020.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.* Ago. 2011, vol.19, nº. 2, p.549-559. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. *Diário Oficial da União*, p. 3. Brasília, jan. 2015. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao-1-12-03-2015-pg-3?ref=next_button. Acesso em: 11 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018*. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília, jan. 2018. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/rcp001_18.pdf. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: MPF, 2017. Disponível

em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midioteca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>. Acesso em: 22 set. 2019.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. **O delineamento da pesquisa qualitativa**. In: POUPART, Jean et al (org). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FLICKINGER, H. G.; ROHDEN, L. *Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

FRANÇA, Rebeca de; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim; ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti. A importância do uso do nome social no exame nacional do ensino médio- ENEM. *Geoconexões*, 2016, vol.2, p. 21-25. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/6288>. Acesso em: 11 jul. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Gral, 2000.

FROES, Priscila. Trans Enem de Porto Alegre como alternativa para a formação de mulheres travestis e pessoas transexuais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em:

http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498745657_ARQUIVO_FROESPRISCILA.TRANSENEMDEPORTOALEGRECOMOALTERNATIVAPARAFORMACAODEMULHERESTRAVESTISEPESSOASTRANSEXUAIS.pdf. Acesso em: 11 jul. 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Gabrielle Gazapina. *TransENEM POA: etnografia sobre um curso pré-vestibular de educação popular voltado à pessoas transexuais, mulheres travestis e LGB inclusivo*. Trabalho de Conclusão do Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

LANZ, Letícia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaías Batista de; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/2292>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SANTOS, Dayana BrunettoCarlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. *Cad. Pesqui.*, Set 2015, vol.45, n.157, p.630-651. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000300630&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2020.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *GEO UERJ*, v. 1, n. 18, p.1-17, jan/jun 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1343>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. Nome social: facilitador de direitos? 4º Seminário internacional de educação e sexualidade. De 19 a 21 de julho de 2016. Vitória-ES. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467423174_ARQUIVO_trabalhoTamiresBarbosagepsex.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.

_____. *Experiências Multissituadas: Entre Cursinhos Trans e Ativismos: Quais Narrativas, Que Cidadania é Essa?* 2017. 132 f. Dissertação. (Mestrado Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista. Campus Marília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152038/silva_tbr_me_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 12 mar. 2020.

TASCH, Fabiano Rosa. **(Trans) Química: Ensino, Abordagens, Desafios e Possibilidades**. Curso de Química. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

TEDESCO, Caio; BITTENCOURT, Luiza. **Livreto vermelho**. Porto Alegre, 2018. Não publicado.

TransENEM. Projeto de Extensão. **Núcleo de Pesquisas e Estudos em Gênero e Sexualidade (NEPEGS)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

TransENEM. **Coletivo pela Educação Popular**. *Ata da Assembleia de janeiro de 2018*. Porto Alegre, 2018.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZINE transENEM. **Coletivo de educação popular voltado para pessoas trans binárias e não binárias, mulheres travestis e LGB inclusivo**. Porto Alegre, 2018.

Recebido em Outubro de 2020.

Aprovado em Novembro de 2020